

1º bimestre – Avaliação

Escola:		
Professor:		
Estudante:		
Turma:	Data:	Conceito/Nota:

1. Durante séculos, os fenômenos da natureza e da sociedade eram explicados por meio de argumentos religiosos, como, por exemplo, a vontade divina. O pensamento iluminista, no século XVIII, trouxe mudanças na forma de explicar esses fenômenos.

A partir da leitura do texto abaixo, identifique de que forma o Iluminismo trouxe inovações para essas explicações.

O pensamento iluminista tem como fundamento a crença no poder da razão humana de compreender nossa verdadeira natureza e de ser consciente de nossas circunstâncias. O homem, então, cria ser o detentor de seu próprio destino, formulando o racionalismo e contrariando as imposições de caráter religioso, sua “razão” divina de existir, e os privilégios dados à nobreza e ao clero – ainda predominantes à época (séculos XVII e XVIII).

MELLO, Vico; DONATO, Manuella. O pensamento iluminista e o desencantamento do mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como o marco paradigmático. *Revista Crítica Histórica*. UFAL, Ano II, nº4, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2mZ8Klu>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

2. Leia o texto abaixo:

Esta intenção de estender o conhecimento crítico e as “luzes” a todos se expressa no projeto das várias enciclopédias escritas na época, cujo caso exemplar é a organizada por Diderot e d’Alembert com a colaboração de alguns dos mais proeminentes “filósofos” da França. Além da pretensão de reunir todo o saber acumulado até então em uma só obra, [...] basta que se saiba ler, que se conheça a ordem do alfabeto, para encontrar o lugar de cada verbete e instruir-se. A Enciclopédia pretende-se democrática, pressupondo o mínimo de conhecimento; procura atingir o maior público possível, que basicamente através dele será educado a partir quase que do nada.

GRESPLAN, Jorge. O Esclarecimento: ruptura ou tradição. *Revista de História*. FFLCH-USP. Nº 136, 1997.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18814/20877>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

Com base no texto, enumere duas das principais finalidades da Enciclopédia.

3. O escocês Adam Smith é considerado o principal teórico do liberalismo econômico, no século XVIII, e o grande defensor do esquema de produção com base na divisão do trabalho. A divisão do trabalho não foi uma invenção de Adam Smith, mas foi uma situação observada por ele em algumas empresas. O que ele fez foi divulgar para o mundo que esta seria a melhor forma de organizar a produção. O texto abaixo aborda justamente esse aspecto de sua teoria, a divisão do trabalho, que se tornou (e ainda é) comum na produção em diferentes países.

Adam Smith abre sua *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* com um capítulo sobre a divisão do trabalho. Ele esclarece que o aumento de produtividade acarretado pela especialização está por trás daquela "opulência universal que se estende até as camadas mais baixas do povo." [...]. Em outras palavras, a divisão do trabalho é o fundamento último da riqueza das nações – justamente o tema cujas causas pretende investigar.

SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos; BIANCHI, Ana Maria. Além do cânon: mão invisível,

ordem natural e instituições. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 635-662, Set. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612007000300007&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 31 jul. 2018.

De acordo com o texto, explique por que tal aspecto foi adotado.

4. Alguns historiadores dividem a Revolução Industrial em pelo menos duas etapas: a primeira, centrada na indústria têxtil do algodão; a segunda, na indústria dos transportes, principalmente no investimento em ferrovias e em navios movidos a vapor. O texto abaixo aborda uma dessas etapas da Revolução Industrial.

Ao desenvolver as técnicas de fabricação de ferrovias, a Grã-Bretanha colocou à venda no mercado mundial um produto que representou a mais espetacular inovação nos meios de comunicação e transporte até então inventados pelo homem. [...] as redes de comunicação e transportes foram os setores mais imediatamente beneficiados pelas inversões de capital britânico no ultramar. Portos e ferrovias logo permitiram a integração de vastas áreas produtoras ao mercado mundial, ao mesmo tempo que o navio a vapor agilizava e barateava o frete dos produtos.

CURY, Vania Maria. *História da industrialização no século XIX*. Série didáticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. pp. 18 e 26.

De acordo com o texto, podemos dizer que houve uma “Revolução dos Transportes”? Justifique.

5. Em 1791, uma mulher, Olympe de Gouges (1748-1793), redigiu uma *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, composta de 17 artigos, entre eles:

Artigo segundo – O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da Mulher e do Homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e, sobretudo, a resistência à opressão. [...]

Artigo dez – Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo que sejam de princípio; a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; mas ela deve igualmente ter o direito de subir à tribuna, contanto que suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.

GOUGES, Olympe de. *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. In. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/54986>>.

Acesso em: 5 nov. 2018.

Considerando o texto acima, explique por que Olympe de Gouges propôs a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* no contexto da Revolução Francesa.

6. Leia o trecho abaixo, que consta no *Livro XI* de Montesquieu que trata “Das leis que formam a liberdade política em sua relação com a constituição”:

Como o poder executivo só faz parte do legislativo com sua faculdade de impedir, não poderia participar do debate das questões. Não é nem mesmo necessário que proponha, porque, podendo sempre desaprovar as resoluções, pode rejeitar as decisões das propostas que não gostaria que tivessem sido feitas.

MONTESQUIEU, Baron de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.176. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2963710/mod_resource/content/0/Montesquieu-O-espírito-das-leis_completo.pdf>.

Acesso em: 30 jul. 2018.

A razão pela qual Montesquieu defendia a divisão do poder político em três esferas – legislativa, judiciária e executiva – pode ser justificada, com base no trecho acima, pois a divisão de poderes possibilitava que:

- a) o rei pudesse concentrar todos os poderes em suas mãos.
- b) uma esfera limitasse a outra, havendo equilíbrio entre elas.
- c) o legislativo fosse maior do que o executivo e o judiciário.
- d) houvesse o favorecimento da monarquia absolutista.

7. Sobre o Iluminismo é correto afirmar que:

- a) a religião é um elemento central para a compreensão da natureza, do mundo e da sociedade.
- b) o pensamento racional deve se sobrepor às crenças religiosas e ao misticismo.
- c) há a valorização do pensamento místico em detrimento da razão.
- d) o pensamento racional tem origem nos textos bíblicos e em outras escrituras sagradas.

8. Leia o texto abaixo sobre a Revolução Industrial:

A Revolução Industrial torna possível adaptar à máquina a ferramenta antes empunhada pelo homem. A máquina pode, agora, executar trabalhos anteriormente executados de forma manual. [...] O fato de a produtividade não ser mais controlada pelo homem, mas sim pela máquina, vai levar a uma redução no tempo de trabalho, e, por conseguinte, do valor da força de trabalho. Consegue-se, dessa forma, reduzir os custos dos produtos, o que permite – do ponto de vista de cada empresa individualmente – reduzir o valor de seu produto para melhor competir com os rivais no mercado, visando a obtenção de um lucro extraordinário.

TEIXEIRA, Déa Lúcia Pimentel; SOUZA, Maria Carolina A. F. de. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. *Revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 65-72, Dec. 1985. Disponível em <<http://bit.ly/2LGNLZO>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

Considerando a discussão do autor, um dos maiores impactos desse evento foi a(o):

- a) encarecimento no preço dos produtos.
- b) valorização do trabalhador das fábricas.
- c) aumento na produtividade industrial.
- d) redução das jornadas de trabalho.

9. Leia o texto abaixo:

Em razão disto, a Assembleia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art.1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º. O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente. [...]

Art. 10. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Declaração de direitos do homem e do cidadão, 1789. Disponível em: <<http://bit.ly/2LGpD9L>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

Podemos relacionar os lemas da Revolução Francesa “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” com os artigos da “Declaração do Direitos do Homem e do Cidadão” da seguinte forma:

- a) A liberdade, um dos lemas da Revolução, é deixada de fora da Declaração.
- b) A igualdade, um dos lemas da Revolução, é estabelecida no Artigo 3º.
- c) A igualdade, um dos lemas da Revolução, é estabelecida no Artigo 1º.
- d) A liberdade religiosa, um dos lemas da Revolução, está ausente na Declaração.

10. Leia o trecho abaixo:

Durante a Revolução Francesa passou-se a usar a palavra cidadão como demonstração da igualdade de todos: não havia mais nobres e plebeus, livres e escravos; havia apenas cidadãos. Mas a cidadania implicava a vinculação jurídica com um Estado determinado e, assim, os cidadãos eram franceses, ou ingleses, ou suíços, etc.

DALLAN, Dalmo de Abreu. Ser cidadão. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 61-64, Sept. 1984. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2018.

Considerando o texto sobre o conceito de cidadão durante a Revolução Francesa, percebe-se que:

- a) o rei continuou tendo poder absoluto sobre toda a sociedade francesa.
- b) o objetivo da cidadania foi distanciar o modelo político francês do absolutismo.
- c) o lema “Igualdade, Liberdade e Fraternidade” foi abandonado durante o movimento.
- d) o termo deixou de ser usado quando acabou o processo revolucionário francês.